

A importância do “saber a história ambiental” para compreender o ambiente atual

The importance of "knowing the environmental history" to understand the current environment

L. R. S. Mohr¹; E. Périco¹; V. S. S. Fonseca^{1,2}; A. R. Mohr^{1,2}

¹Laboratório de ecologia e sensoriamento remoto/Museu de Ciências Naturais, Centro Universitário Univates, 95900-000, Lajeado-RS, Brasil

²BioImagens Consultoria Ambiental, 91330-000, Porto Alegre-RS, Brasil

lu.mohr@hotmail.com

(Recebido em 17 de maio de 2012; aceito em 19 de junho de 2012)

O texto busca uma reflexão sobre a importância da história ambiental de uma região, para a compreensão de sua situação ambiental atual. Como exemplo foi feita uma breve caracterização dos impactos da colonização europeia sobre o meio ambiente, na região dos Vales do estado do Rio Grande do Sul. Nos dias atuais é necessária a combinação entre as perspectivas ambiental e social, que no passado foram abordadas de forma isoladas. As pesquisas sobre a história ambiental, além do seu valor intrínseco, servem para entender o presente como reflexo de atitudes do passado, e também para que os mesmos erros não sejam cometidos novamente.

Palavras-chave: Eco-história; degradação ambiental; colonização europeia

The text seeks to reflect on the importance of a region environmental history to understand their current environmental situation. An example was a brief characterization of the European settlement impacts on the environment in the region of Rio Grande do Sul Valleys. In nowadays is required the combination of environmental and social perspectives, which in the past were dealt in an isolated way. The researches on environmental history, beyond its intrinsic value, are used to understand this as a reflection of past attitudes and also to avoid that the same mistakes are committed again.

Keywords: Eco-history; environmental degradation; European colonization

1. INTRODUÇÃO

É sabido que as maiores ameaças à biodiversidade são a destruição e a fragmentação dos habitats. A maioria das espécies mundialmente ameaçadas de extinção está nestas condições por causa das alterações em suas áreas de vida, as quais vêm sendo degradadas, destruídas ou divididas em pequenas áreas [14, 16]. No passado as florestas ocupavam grandes extensões e hoje são resultado da ação antrópica, que no Rio Grande do Sul se acentuou muito com a chegada dos imigrantes europeus. Segundo Belton [1], não resta praticamente nenhuma área virgem ou que já não tenha sido ocupada no estado, embora ele tenha sido colonizado relativamente tarde. Depois das missões jesuítas que prosperaram no noroeste do estado durante os séculos XVII e XVIII, alguns imigrantes portugueses chegaram ao final do século XVIII, mas foi quando os imigrantes alemães e italianos chegaram, na metade do século XIX, que a verdadeira ocupação e exploração começou, principalmente em áreas de florestas [1].

Esperava-se que o trabalho dos colonos europeus transformaria as áreas florestais em matrizes civilizatórias [6]. No passado não havia o conhecimento nem a preocupação com o desenvolvimento sustentável como ocorre atualmente, e houve a exploração ao máximo dos recursos advindos dos ecossistemas gaúchos, principalmente das áreas florestais. A destruição destes ecossistemas e dos vários habitats que estes abrigavam, levou ao desaparecimento de muitas espécies e/ou a diminuição populacional de outras.

O objetivo deste texto é abordar a importância da história ambiental (ou eco-história) de uma região, para a compreensão de sua situação ambiental atual. Para tanto foi feita uma breve caracterização dos impactos da colonização europeia sobre o meio ambiente, na região dos

Vales do estado do Rio Grande do Sul, de modo a refletir sobre como mudar esta consciência exploratória comum na época da colonização, que persiste nos dias atuais.

2. ATOS PASSADOS REFLETINDO NA ATUALIDADE

Comunidades biológicas que levaram milhões de anos para se desenvolverem vêm sendo devastadas pelo homem em toda a Terra. Nunca na história natural tantas espécies passaram a condição de ameaçadas de extinção em período tão curto de tempo. As ameaças à diversidade biológica estão aumentando devido às demandas de uma população humana, que cresce rapidamente a aos contínuos avanços tecnológicos [17]. A fragmentação e a perda de habitat causadas pela ação antrópica alteram a paisagem, levando espécies, populações e/ou comunidades inteiras às vias de extinção [18, 14, 16].

Segundo Sick [19], as grandes alterações humanas nas paisagens naturais resultam em um ambiente que pode se tornar pequeno demais para abrigar espécies que exigem um espaço amplo para sobreviver. As espécies que então passam a viver em fragmentos de matas e campos, em espaços entre terrenos cultivados, não conseguem manter seu ciclo biológico durante o ano todo. Esta situação se agrava nos últimos anos com a introdução de espécies exóticas.

O Brasil, desde seu descobrimento, sofreu um processo de desbravamento extrativista, em que a utilização do machado e do fogo arrasaram tudo. O conceito de progresso e desenvolvimento significou, durante séculos, explorar ao máximo a flora e a fauna [19]. A devastação da Mata Atlântica, por exemplo, que em 2011 apresentava menos de 8% de sua cobertura original [10], pode ser atribuída à ação de industriais, mineradores, madeireiros, agricultores, pecuaristas, índios e missionários [7].

No Rio Grande do Sul a disponibilidade, o acesso e o uso dos recursos naturais são parte de um contexto histórico por meio do qual as formas de apropriação da natureza alteraram drasticamente o ambiente sulino [6,3].

No século XIX, a política de incentivo à imigração europeia tinha entre outros objetivos povoar terras consideradas desabitadas e pouco aproveitadas, que se estendiam do centro ao norte da província. Assim, houve a inserção de milhares de colonos europeus ao longo de mais de cem anos no interior das florestas sulinas. Inicialmente, esses forasteiros receberam terras e algum auxílio do governo. Mas tiveram de aprender praticamente sozinhos a sobreviver nesse “novo mundo”. Ao invés de carvalhos, abetos, tílias, plátanos, castanheiras e bétulas, típicos do continente europeu, nas matas do Rio Grande do Sul, os europeus encontraram louros, cedros, cabriúvas, angicos, canafístulas e araucárias [4].

Especificamente na Região dos Vales, a imigração e a colonização europeia foram responsáveis pela destruição de uma biodiversidade cujo impacto ambiental ainda não foi completamente avaliado. Aos imigrantes cabia o desbravamento da floresta, a domesticação da natureza, a sua transformação. Isso tudo, possibilitado pela ação do corte e das queimadas. As queimadas eram vistas como “uma vitória da civilização perante a natureza selvagem” [6].

Em geral a floresta aparecia nos locais como empecilho, um desafio a ser vencido pelos colonizadores. Ela precisava ser derrubada para o progresso, para o desenvolvimento das sociedades [4,5]. O “mato” era visto como uma fonte de recursos (principalmente de madeira e de alimento) e ao mesmo tempo era temido, por causa dos animais ferozes que ali se abrigavam e pelo desconhecido. Para muitos ele era tido como selvagem e, na maioria das vezes, considerado intocado pelos humanos, pois muitos colonizadores não consideravam a presença e ação indígena o que fez com que em vários momentos os indígenas entraram em conflito com os europeus [2, 11].

Uma questão prática era fundamental e prioritária a partir do momento em que os imigrantes europeus punham os pés na “fronteira verde”: eles precisavam aprender a derrubar a floresta e a lidar com a terra sob a vegetação, por uma questão de sobrevivência. Desde o princípio da colonização a vitória sobre o “caos” da floresta era celebrada pelos imigrantes. Quase sempre quando um grupo de colonos iniciava a abertura de uma nova “picada” mata adentro realizava-

se um ato religioso “à sombra dos gigantes da mata”. O que se celebrava não era a floresta, mas o início de sua derrubada [4].

Os desmatamentos encadeados pela imigração não foram inicialmente causados para fim de exploração madeireira, pois as derrubadas e as queimadas tinham a finalidade de recuar a mata para o cultivo do solo, a construção de moradias, para o fornecimento de lenha para aquecer a família e preparar a comida. As toras que sobravam eram deixadas de lado. Essa utilização promoveu a exploração irracional dos recursos florestais no Rio Grande do Sul. Com o tempo, com a navegação a vapor, a devastação das matas ciliares se acentuou. Além disso, os ervais foram degradados e as araucárias *Araucaria angustifolia* foram super exploradas [6, 4].

Além da destruição da vegetação pelos imigrantes, houve também a supressão da fauna, seja pela caça ou pela destruição dos habitats dos animais. Muitos animais eram mortos por questões alimentícias (como aves, macacos, antas, queixadas,...) e outros porque invadiam as propriedades e/ou se alimentavam nas plantações dos colonos e até de animais de estimação, como no caso das onças. Com a derrubada da mata, acelerava-se a extinção de espécies já comprometidas com a caça. Algumas espécies de invertebrados, peixes, anfíbios, répteis, mamíferos como onças, pumas, tamanduás, queixadas, catetos, macacos, gatos-do-mato, quatis, veados, tatus, antas, pacas, cutias, entre outros, e várias espécies de aves (principalmente as dependentes de florestas) foram extintas no estado ou estão ameaçadas de extinção devido a estas ações antrópicas [9].

Ainda em relação à paisagem, ocorreu o assoreamento dos rios pelo mau uso do solo e a degradação das bacias hidrográficas, causada pelo desmatamento da mata ciliar, erosão e lavouras. O desmatamento, as queimadas, a pecuária, lavouras e as habitações alteraram os ecossistemas e provocaram um enorme desequilíbrio ambiental. Essas ações, por exemplo, eliminaram ninhos de várias aves, afetando sua reprodução. Em consequência, pela diminuição do número de indivíduos de aves, que são predadores naturais de inseto, houve um aumento expressivo de larvas e insetos que se alimentavam de forma avassaladora das plantações dos imigrantes [6].

A paisagem atual nos leva a uma reflexão sobre os efeitos da imigração sobre as áreas onde ela se deu. Além da redução das áreas de florestas temos o impacto das espécies exóticas que foram trazidas pelos imigrantes e que se estabeleceram muito bem no Rio Grande do Sul.

O homem ao se estabelecer em suas áreas de colonização, rapidamente alterou o padrão de distribuição natural da fauna e da flora, transportando espécies pelo mundo, principalmente plantas cultivadas e animais domésticos (como por exemplo, porcos e cabras). Os europeus ao chegarem às novas colônias introduziram centenas de espécies de mamíferos (como ratos, as lebres europeias) e aves (como pombas domésticas, os pardais, bicos-de-lacre) [19, 17]. As espécies exóticas, normalmente não possuem predadores naturais e, como encontram condições climáticas e alimentícias favoráveis, se estabelecem e competem por recursos e abrigo com as espécies nativas. É preciso lembrar também que o crescimento demográfico deixou marcas de devastação ambiental, com poucos remanescentes de vegetação e fauna nativas daquelas áreas colonizadas.

Avaliando a ação humana no passado e o seu impacto ambiental nas áreas de colonização, não podemos reconstruir com exatidão o número de árvores derrubadas, superfície florestal atingida pelas queimadas, tempo necessário de recomposição das matas, grau de alterações nos ecossistemas, principalmente na cadeia alimentar, e sequer inventariar todas as espécies animais e vegetais, extintas ou em extinção. A história da destruição das florestas ainda é um assunto pouco estudado. Porém, com o paradigma atual da sustentabilidade, que influencia abordagens ecológicas de investigação histórica, é incitada uma reflexão crítica sobre o uso e a apropriação dos recursos naturais no passado, conferindo-lhes a devida responsabilidade pela disponibilidade dos recursos naturais. Esse novo olhar favorece uma conscientização da dimensão histórica de certos problemas ambientais (poluição por agrotóxicos, queimadas, desmatamento) [6].

Hoje em dia, com a destruição quase completa da Mata Atlântica e o contínuo desmatamento da Amazônia, há uma tendência em reconhecer o papel fundamental da preservação dos remanescentes florestais e recuperação de áreas degradadas para a construção de uma boa qualidade de vida para humanos e outros animais [5].

Em relação aos colonizadores por outro lado, pode-se afirmar que a imigração no RS teve também muitos impactos positivos, principalmente em relação à cultura, ao regime de trabalho livre e familiar, a modernização da agricultura, a ampliação do comércio, a expansão da indústria.

Claro que não se pode apenas contestar os imigrantes que aqui chegaram, pois naquela época, com pouquíssimos recursos, a exploração dos recursos advindos da floresta era primordial para a sobrevivência. Não se falava em desenvolvimento sustentável, as pessoas não tinham a compreensão dos impactos que suas ações teriam no futuro. Eles devastaram a floresta porque consideravam que era o melhor na época, pois era o que iria garantir os recursos, o desenvolvimento, o progresso. E talvez não imaginassem que esses recursos poderiam vir a se esgotar tão rapidamente.

Conforme Pádua [15] deve-se evitar que os indivíduos do passado sejam culpados em razão de categorias tão modernas quanto são ecologia, sustentabilidade e impactos da ação humana. É preciso entender cada época no seu contexto geográfico, social, tecnológico e cultural.

O desmatamento e a exploração dos recursos florestais nas áreas de colonização foi obra das primeiras gerações de imigrantes, mas a poluição em maior escala, do solo e dos recursos hídricos ocorreu a partir das últimas gerações, com a introdução de herbicidas e agrotóxicos nas lavouras, que alteraram profundamente as propriedades físico-químicas do solo e de fontes de água [19, 6, 3]. Com a modernização das técnicas agropecuárias e de silvicultura, com o contínuo desmatamento e destruição de habitats remanescentes, o problema de degradação ambiental vem se agravando acentuadamente [17].

De fato, enquanto a consciência coletiva não tiver um comportamento reflexivo em relação às questões ambientais como um todo, as pessoas não conseguirão o almejado desenvolvimento sustentável.

Os modos de produção atual permeiam tanto realidades florestais e rurais, quanto industriais e urbanas, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais [15]. Segundo Carvalho e Nodari [5] há a necessidade de se pensar uma nova forma de sociedade e de desenvolvimento, que se dê conta da complexidade da questão ambiental, que envolve novos saberes, novos comportamentos e uma nova visão não antropocêntrica.

Segundo Leff [12] deve-se articular os processos econômicos com os processos de conservação, regeneração dos ecossistemas, com a valorização cultural dos recursos, dos processos ideológicos, dos meios tecnológicos, dos saberes locais com os processos políticos. Este tipo de abordagem, interdisciplinar, deve orientar estratégias de investigação, de políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, que reconhecem o efeito das políticas econômicas atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas e sobre as condições de vida das comunidades, segundo o autor.

A complexidade ambiental se constrói e se aprende através de um processo dialógico de saberes, na hibridação da ciência, da tecnologia e dos saberes populares, afirma Leff [13]. Portanto, a construção do saber ambiental implica uma desconstrução do conhecimento por disciplinas, que é simplificador, unitário. Trata-se de realizar um debate permanente frente a categorias conceituais e formas de entendimento do mundo [13]. A noção de meio ambiente deve ser complexa, com diferentes escalas de abordagens, mas a dimensão ambiental não pode deixar de ser reconhecida como um dos eixos centrais dos processos de desenvolvimento [8].

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o conhecimento científico nos permite avaliar e prever os impactos ambientais de determinadas ações. É possível investir na consciência ambiental das pessoas, no cumprimento das legislações ambientais e na efetiva ação governamental para que ações de devastações ambientais não mais ocorram ou ao menos sejam minimizadas.

Devemos fazer a combinação entre duas perspectivas que no passado foram abordadas de forma isoladas, a ambiental e a social. As pesquisas sobre a história ambiental, além do seu valor intrínseco, servem para entender o presente como reflexo de atitudes do passado, e também para que os mesmos erros não sejam cometidos novamente.

1. BELTON, W. *Aves do Rio Grande do Sul: distribuição e biologia*. São Leopoldo: Unisinos, 1994, 584p.
2. BUBLITZ, J. *A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. *Revista Méfis*, Caxias do Sul, v. 3, n. 6, p. 179-200, 2004.
3. BUBLITZ, J. *Desmatamento civilizador: a história ambiental da colonização Européia no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. In: III ENCONTRO DA ANPPAS, Brasília. 2006. p. 1-16.
4. BUBLITZ, J. *Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 323-340, 2008.
5. CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S. *As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no médio Vale do Iguaçu (1884-1920)*. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, n. 29, p. 63-82, 2008.
6. CORREA, S. M. de S.; BUBLITZ, J. *Uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. 1ª ed. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: Universidade de Passo Fundo/ Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006, 142p.
7. DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 484p.
8. FLORIANI, D. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. In: Philippi Jr, A. (Org.) *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. 1ª ed. São Paulo: Signus, 2000. p. 19-51.
9. FONTANA, C. S.; BENCKE, G. A.; REIS, R. E. *Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, 632p.
10. FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Mata Atlântica*. Disponível em: <<http://www.sosmataatlantica.org.br/index.php?section=info&action=mata>>. Acesso em 10/07/2011.
11. GERHARDT, M. Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil. In: ARRUDA, G. (Org.) *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005. p. 77-96.
12. LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: Philippi Jr, A. (Org.) *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. 1ª ed. São Paulo: Signus, 2000. p. 19-51.
13. LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.
14. MYERS, N.; MITTERMEIER, R.; MITTERMEIER, C.; FONSECA, G.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, n. 403, p. 853-858, 2000.
15. PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos avançados*. São Paulo: USP, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
16. PIMM, S.; RAVEN, P. Extinction by numbers. *Nature*, n. 403, p. 843-845, 2000.
17. PRIMACK, R.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. 1ª ed. Londrina: Vozes, 2001, 327p.
18. RENJIFO, L. M. Composition changes in a subandean avifauna after long-term forest fragmentation. *Conservation Biology*, n. 13, p. 1124-1139, 1999.
19. SICK, H. *Ornitologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, 912p.